

## ENTRE VERDADE E RESPEITO – POR UMA ÉTICA DO CUIDADO NO JORNALISMO<sup>1</sup>

Carlos Camponez<sup>2</sup>

c.camponez@sapo.pt

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

---

### RESUMO

Este artigo procura explorar os contributos de uma ética do cuidado para o jornalismo. Bem longe de recusar o paradigma da objetividade, a ética do cuidado põe em destaque o papel do jornalismo no seu envolvimento com a esfera pública e com a democracia, sublinhando a dimensão da responsabilidade social assente no respeito para com os diferentes intervenientes no complexo processo da informação: o sujeito que informa; o público e as fontes de informação; o jornalismo enquanto cultura profissional. Esta perspetiva pode ser uma resposta às contradições que atravessam o campo normativo do jornalismo, espartilhado entre o paradigma do respeito da objetividade, da liberdade de expressão e as exigências do mercado. Na era da comunicação, onde pontificam as lógicas da comercialização, das audiências e do entretenimento, a ética do cuidado, fundada no respeito, pode constituir-se como uma resposta alternativa com vista a um novo contrato público e de credibilidade do jornalismo.

### PALAVRAS-CHAVE

Ética do cuidado; ética jornalística; objetividade; vulnerabilidade; respeito

---

### INTRODUÇÃO

Um dos temas centrais do debate contemporâneo acerca do futuro do jornalismo centra-se na busca de um novo modelo de negócio capaz de fazer frente à diminuição de receitas resultantes da quebra do financiamento proveniente da publicidade e dos públicos e das transformações do jornalismo introduzidas pelas novas tecnologias (Bastos & Zamit, 2012). Consideramos que este debate deve também passar pela discussão do modelo de comunicação do jornalismo, nomeadamente os fundamentos éticos e normativos subjacentes à própria cultura socioprofissional dos jornalistas. A necessidade de se encontrar um modelo de negócio para os *media* como forma de salvar o jornalismo, parece esquivar-se à questão de fundo, bem mais problemática, dos seus fundamentos normativos e pode indiciar que estamos à procura de uma solução para que tudo fique na mesma. A revolução a que assistimos hoje sobre as novas formas de acesso, produção e divulgação da informação, no quadro de um novo espaço público,

---

<sup>1</sup> Este artigo integra-se no projeto “Género e produção noticiosa: uma análise da produção e das organizações noticiosas em termos de género”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/IVC-COM/4881/2012). O autor agradece ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, pelo apoio concedido para a tradução inglesa deste artigo.

<sup>2</sup> Professor de jornalismo, diretor do mestrado em Comunicação e Jornalismo da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, e coordenador do Grupo de Investigação em Comunicação Jornalismo e Espaço Público, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

exige novas formas de refundar a legitimidade e o papel do jornalismo, que vá para além de um ajuste às novas condições do mercado.

A ética e a deontologia do jornalismo colocam o acento tónico nas questões relativas à qualidade da informação, vista numa perspectiva de objetividade, de verdade e de rigor da informação (Laetilia, 1995) doa a quem doer (Traquina, 2002: 75). Este paradigma resulta, em grande medida, das transformações realizadas com a industrialização e profissionalização do jornalismo durante o século XIX (Chalaby, 2003), em que a objetividade, embora matizada no início do século (Schudson, [1978] 2010: 13 e ss), surgiu como um elemento central de uma nova comunicação pública. Mas tem também na sua génese o princípio utilitarista da imprensa como tribunal da opinião pública (Bentham ([1822-1823] 2001), de um serviço destinado a vigiar os poderes públicos das ameaças constantes da corrupção do poder (Camponez, 2010: 70-72).

O aparecimento dos primeiros códigos deontológicos procuraram consagrar o dever de objetividade, tendo por pressuposto o estabelecimento de um pacto de objetividade estabelecido entre jornalistas e empresários de comunicação social, sustentado, por um lado, na autonomia dos jornalistas em matéria de política redatorial e, por outro lado, na gestão das empresas de comunicação (Rosen, 2000). A crescente comercialização dos conteúdos e a convergência dos *media* e das novas tecnologias da comunicação e da informação criaram novos contextos de gestão e administração dos *media* com impactos no domínio profissional do jornalismo, levando alguns autores a considerar que passámos de um jornalismo de informação, predominante durante os primeiros três terços do séc. XX, a um jornalismo de comunicação (Brin *et al.*, 2004: 292-293). A hipótese que aqui se levanta é a de se saber se estas transformações não nos colocam no limiar de um novo *ethos*, de modo a compagnar o exercício da profissão e os valores do jornalismo num contexto de maior exigência. O jornalismo cidadão, o ciberjornalismo, o deslocamento das fronteiras da privacidade, em resultado da emergência de um novo regime de visibilidade promovido pelas novas tecnologias, a hiperconcorrência no jornalismo, a instantaneidade da informação, o poder das fontes, as redações multimédia e a globalização dos discursos mediáticos são apenas alguns dos temas críticos de onde podem emergir novas práticas que põem em causa a hierarquia dos valores do jornalismo, assentes numa visão menos problematizada sobre a veracidade nas notícias.

A crítica a este modelo por parte dos jornalistas e das ciências sociais justificará o processo, identificado por Mário Mesquita (2000), de desaparecimento do conceito de objetividade dos códigos deontológicos, para outros termos considerados conceitualmente mais ajustados, como o rigor, a honestidade e a exatidão. Mas, na realidade, poder-se-ia sustentar que a relativização da objetividade como prática quotidiana e a sua valorização como um ideal a alcançar apenas atualizou o conceito, sem, contudo, conseguir constituir-se como um elemento verdadeiramente crítico e de resistência à emergência do infoentretenimento e à informação-espectáculo, na era da hiperconcorrência jornalística e do crescente poder das fontes de informação.

Este artigo procura pensar estas problemáticas a partir das propostas de uma ética do cuidado, nas suas dimensões relacionadas com a responsabilidade social do

jornalismo, com a democracia, com o espaço público, bem como com o tratamento dos sujeitos que participam nas diferentes fases do processo de produção noticiosa. Bem longe de recusar o paradigma da objetividade, a ética do cuidado evidencia o papel do jornalismo na sua dimensão de compromisso com a qualidade da esfera pública e a democracia, sem pôr em causa a liberdade individual dos jornalistas e a autonomia da profissão. Esta perspetiva pode ainda ser um contributo para a criação da distância crítica necessária para responder aos novos desafios públicos da era da comunicação, cada vez mais submetidos às lógicas da comercialização, das audiências e do entretenimento, tendo por base a clarificação dos fundamentos da legitimidade do jornalismo.

### DA ÉTICA FEMINISTA À ÉTICA DO CUIDADO

Em 1930, Dewey previu que “a crescente liberdade das mulheres dificilmente pode ter outro resultado que não a produção de uma moral mais realista e mais humana” (Dewey, [1930] 1984: 276). Embora ele não tivesse escrito muito sobre as mulheres, os seus pontos de vista do feminismo e da democracia tocam o coração da ética como um esforço pragmático que exige investigar as condições sociais problemáticas e melhorá-las, de modo a aperfeiçoar as formas de governo democrático, permitindo que um crescente número de vozes – incluindo as das mulheres – seja capaz de contribuir para as tomadas de decisão. No seu pensamento ético, Dewey também incluiu as relações concretas, emoções e questões de carácter, valorizando e explicando o como e o porquê de elas serem essenciais para a nossa vida moral. Tais aspetos viriam a ser desenvolvidos, de uma forma particular, por uma ética feminista do cuidado, que encontra significado moral nos elementos fundamentais dos relacionamentos e dependências humanas.

As ideias de Dewey tinham muito em comum com as das primeiras mulheres investigadoras de Chicago. Para Jane Addams, por exemplo, também não faz sentido ter uma posição ética independente de uma relação para consigo mesmo, os outros, ou a comunidade. Como Dewey, Addams mostra como a moral pode evoluir das relações íntimas que são centrais para o desenvolvimento humano. Nesta matriz de pensamento encontramos um princípio dinâmico de respeito por si e dos outros que nos obriga a tomar medidas que respondam às necessidades percebidas do sujeito, dos outros indivíduos e das comunidades. Neste mesmo processo estão também a experiência, o concreto, o particular, mediados pela comunicação, pela negociação e pela troca simbólica.

Quase cem anos depois de Addams e de Dewey, Richard Sennet trouxe estas questões para a teoria social ao salientar que não basta dar uma ordem para que as pessoas sejam tratadas com respeito e que o reconhecimento mútuo tem de ser negociado (Sennett, 2003: 295), fazendo intervir todas as complexidades inerentes ao carácter pessoal e à estrutura social.

A década de 80 inaugura a “segunda vaga do feminismo” norte-americano e, com ela, também a “aventura do cuidado” (Moliner, *et al.*, 2009: 8). Este processo tem por marco a crítica de Carol Gilligan efetuada, em *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* ([1982] 1997), à psicologia do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg ([1981] 1992). Num estudo sobre o desenvolvimento moral, Kohlberg põe

em confronto os raciocínios de Jake e de Amy, um rapaz e uma rapariga de 11 anos de idade, sobre a atitude a seguir pelo senhor Heinz que precisa de obter o medicamento necessário para salvar a sua mulher em risco de vida e para o qual não tem dinheiro para o comprar ao farmacêutico. Jake defende que Heinz deve roubar o medicamento, com o argumento de que, se ele for preso, o juiz compreenderá as razões da sua ação e dar-lhe-á uma sentença mais ligeira; Amy considera outras soluções negociais de modo a Heinz conseguir o dinheiro necessário para o tratamento, evitando quer o roubo quer a morte da sua esposa. Gilligan insurge-se contra o facto de o estudo de Kohlberg concluir que Jake estaria, relativamente a Amy, numa fase mais madura do seu pensamento (moral) lógico-dedutivo, sem considerar a possibilidade de estarmos, na realidade, perante duas abordagens diferentes de resolver os dilemas morais: uma impessoal, recorrendo à lógica e à Lei; outra, pessoal, recorrendo à comunicação e às relações humanas.

Para Gilligan, as razões que justificam esta abordagem têm a ver com o carácter do próprio pensamento hegemónico de uma moral patriarcal que valoriza a autonomia e a racionalidade como critérios de desenvolvimento (Gilligan, 2009:76), posição que a colocará numa crítica aberta às teorias formalistas de teor kantiano, como é o caso da Teoria da Justiça de Rawls. Deste modo, poder-se-ia dizer que a questão da autonomia e da racionalidade, características da tradição de pensamento das teorias formalistas, mais do que critérios intrínsecos da moral, reflete uma certa visão (patriarcal) da moral. Neste quadro, mais do que reformar as teorias da Justiça importaria mudar o paradigma de pensamento moral.

Se é verdade que a crítica de Gilligan corporizou um conjunto de conceitos que deram coerência e sentido à experiência de numerosas mulheres (Molinier *et al.*, 2009: 10), ela também permitiu colar a ética do cuidado à ética feminina e mobilizar um conjunto de reações críticas, provenientes da ética filosófica.

### **ALARGAR A ÉTICA DO CUIDADO**

Ao posicionar-se como uma crítica às teorias da justiça, a ética do cuidado foi rotulada como uma ética do particular, fazendo reaparecer um conjunto de conceitos tradicionalmente dilemáticos e ambivalentes no pensamento ético e filosófico: o justo e o importante; a autonomia e a vulnerabilidade; a racionalidade e a sensibilidade; o geral e o particular; o público e o privado.

Porém, como refere Maria João Silveirinha, apesar das aproximações atribuídas à ética do cuidado com a ética comunitária, a relação entre elas não é clara (Silveirinha, 2014). Se alguns autores tendem a classificar a ética feminista como um “comunitarismo feminista”, assente no pressuposto de que a comunidade é ontológica e axiologicamente anterior às pessoas, não é menos verdade que, na ética do cuidado de Gilligan, mais do que questões de mulheres encontramos preocupações humanas. Por isso, para a investigadora, é necessário dar novos passos no sentido de colocar as verdadeiras questões, nomeadamente, a de se saber como as questões de justiça e de direitos cruzam as questões do cuidado e da responsabilidade. Diz-nos Gilligan:

“A imposição moral de não oprimir – de não exercer injustamente um poder ou de abusar dos outros – é indissociável da obrigação moral de não abandonar – de não agir com desconsideração e negligentemente, de não trair, inclusivamente a nós próprios. A partir do momento em que é claro que a voz diferente é uma voz relacional que resiste às hierarquias patriarcais, torna-se possível perceber os diversos erros de compreensão e de tradução do meu trabalho e de ver que essas incompreensões reflectem a assimilação do meu trabalho precisamente pelas normas e os valores de género que eu critico” (Gilligan, 2009: 77).

É, neste âmbito, que autoras como Patricia Paperman insistem na necessidade de se proceder a uma rutura com este dualismo filosófico, de modo a integrar as questões da sensibilidade, muito caras à ética do cuidado. Nesta perspetiva, a solução passa por ultrapassar o dualismo comunitarismo/liberalismo, através de uma *episteme* que integre a sensibilidade como uma forma de conhecimento e de ação moral.

“Contra a ideia de que as emoções são um obstáculo à razão e à moralidade, fonte de enviesamento e de distorções do raciocínio moral, as feministas não são as únicas a valorizar o valor epistémico e moral das emoções, em particular no domínio das relações pessoais. A perspetiva do *cuidado* – diferentemente de outras análises das emoções – integra esta dimensão epistémica como corolário das atitudes e das atividades práticas que nos são primordiais. O conhecimento e compreensão morais advêm, não por acrescento, mas como um aspeto da atenção sensível, ativa, pelo outro” (Paperman, 2009: 96).

Nesta linha de pensamento, Joane Tronto (2009) distingue três dimensões do cuidado: preocupar-se por alguém ou por alguma coisa (*care about*), enquanto abertura para reconhecer a necessidade do outro; cuidar de alguém (*care giving*), enquanto competência técnica e moral; ser objeto de cuidado (*care receiving*), enquanto capacidade de auto-avaliação e de resposta à forma como os outros recebem os nossos cuidados.

## DEMOCRATIZAR O CUIDADO

Tronto chama ainda a atenção para a necessidade de democratizar o próprio conceito de cuidado, processo sem o qual ele tenderá a continuar relegado para uma ética do particular, arredado da esfera pública, mantendo-se, por isso mesmo, politicamente desvalorizado. Esta situação, para além de relegar para segundo plano a ética do cuidado como uma ética feminista, é também uma forma de desvalorizar as profissões que prestam serviços sociais e que são, elas próprias, a expressão de outras desigualdades sociais, não só de género, mas de classe e de raça.

Para ultrapassar este problema importa tornar a noção de vulnerabilidade e de respeito como o conceito central do viver em comum, por contraposição à noção de autonomia. Segundo Tronto, isto implica admitir não apenas que precisamos de cuidados

enquanto crianças e que um dia nos tornaremos frágeis ou estaremos enfermos, mas antes que cada um de nós, no seu dia-a-dia, necessita de cuidados como condição de preservação da vida. Neste quadro, os cuidados não são apenas uma questão daqueles que precisam deles ou daqueles que se ocupam de os assegurar, mas uma condição pública e política que atravessa toda a sociedade.

“Esta não é uma ideia que a maior parte das pessoas aceite facilmente. Ela pressupõe que nos consideremos vulneráveis. Ela pressupõe que abandonemos o sentimento de total autonomia. E exige que deixemos de pensar que a ‘autonomia pessoal’ é a solução para todos os problemas da sociedade. Com efeito, o verdadeiro reconhecimento da nossa profunda vulnerabilidade e do facto que ela nos liga aos outros pode muito bem mudar a nossa forma de pensar as responsabilidades sociais” (Tronto, 2009:51).

Gilligan, por seu lado, reforça esta dimensão democrática da ética do cuidado ao sustentar que a natureza estruturalmente desigual das éticas patriarcais implica uma nova linguagem centrada sobre o que é verdadeiramente humano, sobre o respeito e sobre o ideal de igualdade, obrigando-nos a passar de um paradigma centrado na preocupação da legitimidade de quem deve ser escutado, para o de, simplesmente, *Escutar* (Gilligan, 2009).

#### O DEBATE ENTRE COMUNITARISTAS E LIBERAIS NOS MEDIA

As discussões que acabámos de expor evocam o debate que opõe também liberais e comunitários acerca da ética dos *media* e do jornalismo, através de autores como Christians (2004) Merrill (1997) Lambeth ([1986] 1992), só para citar alguns exemplos. Uma das expressões máximas desta tensão está na proposta de Merrill quando defende para o jornalismo uma deontética (Merrill, 1997: 214) apolonisíaca (Merrill, 1981: 134), procurando conciliar Deontologia – no sentido filosófico de uma ética dos princípios – e teleologia – na linha de uma ética comunitarista dos fins –, bem como racionalidade e sensibilidade. Porém, mesmo aceitando esta proposta como uma versão libertária menos radical do posicionamento de Merrill (Fidalgo, 2007: 358-359), poder-se-á dizer que ela tenta articular pressupostos teóricos inconciliáveis e, de alguma forma, ela mais não é do que a procura de uma fuga para um problema, deixando incólumes – mas também insolúveis – os pressupostos que estão na sua origem.

Do nosso ponto de vista, os contributos da ética do cuidado e do respeito para o campo da comunicação e do jornalismo enquadram-se num conjunto de problemáticas já suscitadas no quadro do jornalismo cívico e no que poderia ser também uma ética da proximidade. Mas quer uma quer outra estão enredadas em problemas estritamente comunitaristas, que dificilmente permitem o avanço da discussão. A defesa do jornalismo cívico esbarra sistematicamente com fundadas críticas resultantes do que é entendido como a relativização e o silenciamento da verdade e, nalguns casos, com a própria liberdade de expressão, no quadro de uma ética comunitária (Jackson, 2003). Já

o que se poderia denominar por uma ética da proximidade, foi também objeto de uma ampla discussão teórica, evidenciando as suas fragilidades e perigos relativamente à sua condescendência perante os poderes locais instalados (Coelho, 2005) e à distorção da verdade, em situações em que ‘boas causas’ justificam os meios manipuladores que as servem (Camponez, 2002). A proximidade tem ainda como agravante o facto de a sua polissemia justificar as mais variadas perversões da comunicação, nomeadamente no que toca às questões da proximidade psicológica e social e à sua recuperação numa perspetiva estritamente sensacionalista e mercadológica.

Por seu lado, Steiner e Okrusch criticaram um modelo prevalecente de jornalismo muito ligado a uma ética dos direitos, a princípios kantianos estreitos e a defesas utilitaristas da objetividade, pelos quais os jornalistas são exortados a excluir das notícias as suas próprias ideias, experiências e posições, de forma a que estas não entrem sequer nas suas decisões sobre o que é noticiável, ou sobre que fontes ouvir.

“As ideias dos jornalistas, experiências, perspetivas, preconceitos – quando os têm – nunca devem pesar nas suas decisões sobre o que é interessante do ponto de vista noticioso ou no que é digno de investigação jornalística, no que deve ser usado como fontes de informação e citado, bem como numa série de outras questões que acabam por não ter um carácter meramente profissional, mas sobretudo ético. (...) [A] referência à justiça é invocada para motivar os jornalistas a expor a injustiça e a iniquidade – incluindo nos setores governamentais e empresariais – para ajudar a ‘corrigir’ o sistema. Ainda assim, esta é uma ética frugal. Acresce que os critérios convencionais de noticiabilidade – atualidade, proximidade, proeminência, impacto, interesse humano e assim por diante – são eticamente vazios. Tais definições não oferecem nenhuma ajuda aos jornalistas que procuram alcançar a justiça enquanto fazem julgamentos sobre temas, fontes, extensão das notícias, gráficos, etc.” (Steiner & Okrusch, 2006: 103).

Este posicionamento faz-nos retomar a crítica ao conceito de objetividade do jornalismo enquanto ritual estratégico, referido por Gay Tuchman ([1972] 1993) ou as teses que defendem a reformulação do conceito face às alterações que se verificam quer no campo dos *media* (Rosen, 2000) quer no próprio campo epistémico.

Schudson demonstrou como o jornalismo, de finais do séc. XIX até ao início do século XX, se organizou em torno da ideia de separar factos e valores, definidos, os primeiros, como declarações sobre o mundo suscetíveis de serem avaliadas de forma independente, enquanto, os segundos, equivaleriam a pontos de vista subjetivos e predisposições sobre o mundo que urgia serem separados nas notícias.

Este modelo objetivo-racionalista, certamente herdeiro da tradição Iluminista do século XVIII, mas seguramente do positivismo e do progresso científico do século seguinte, é igualmente fruto das grandes transformações dos *media* que se deram na segunda metade de 1800. A industrialização da imprensa, a profissionalização do jornalismo, o aparecimento das agências noticiosas, as formas de transmissão de informação por telégrafo e a busca de públicos cada vez mais vastos, impuseram novas práticas

e narrativas consentâneas com o que Daniel Cornu denominou por uma objetividade ajustada às condições de mercado (Cornu, 1994: 203). Inúmeros estudos demonstram que estas tendências não só não deixaram de se afirmar no campo do jornalismo como se acentuaram no início deste século, promovendo notícias mais homogêneas e leves, quer do ponto de vista das temáticas públicas, quer do ponto de vista discursivo, quer ainda da variedade das narrativas (Patterson, 2003).

Mesmo com a crítica a que a crença nos factos viria a ser submetida, após a I Grande Guerra, quer no quadro do jornalismo quer no da academia, “o ideal de objetividade não foi de forma alguma substituído, mas, mais do que nunca ele mantém o seu poder à custa de um consentimento” (Schudson, [1978] 2010: 20).

### OBJETIVIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O que, apesar de tudo, não deixa de ser estranho nesta transformação é o facto de o jornalismo, do ponto de vista normativo, ter conseguido aliar os princípios de rigor e empenhamento com a verdade e a objetividade, sem abrir mão dos fundamentos ideológicos e de Direito que o ligam a princípios subjetivistas da liberdade de expressão, associada ao modelo de imprensa política e de opinião. Quando John Milton defendeu a liberdade de expressão e o fim da censura, fê-lo na presunção de que a verdade e o erro não eram realidades evidentes ao indivíduo e que só poderiam ser destrinchados num processo dialógico da comunicação, permitido pela liberdade de discussão (Milton [1644]1999: 161). Ao pensar deste modo, o autor da *Areopagítica* desloca a questão da verdade da sede do poder político e religioso para o indivíduo, tendo por pressuposto a capacidade de se autodeterminar, fazendo uso da sua razão para compreender o mundo à sua volta. De alguma forma, o Iluminismo procurou fundar estas liberdades na crença da razão expurgada das sensações e das emoções. Por isso, o próprio pensamento iluminista previa, implicitamente, a existência de fatores de correção aos ideais do livre uso público da razão, ao exigir dos indivíduos requisitos de educação, instrução e autonomia económica, no pressuposto de que estes aspetos de classe não deixariam de garantir uma melhor qualidade da discussão pública. Daí que os cidadãos do Estado, segundo Kant, aqueles que tinham direito de participar na legislação, deveriam ser eruditos e economicamente independentes, devendo para além dos proventos auferidos pelo seu saber e a sua habilidade, possuir alguma propriedade (Kant, [1794] 2002: 80-81). Talvez também por essa razão, Kant considera que as Luzes do séc. XVIII estavam ainda longe de corresponder a uma verdadeira “época do Iluminismo” (Kant, [1784] 2002: 17).

A ideologia da objetividade no jornalismo não apagou as marcas do pensamento que o ligam ao passado intelectual e político da imprensa, anterior à segunda metade do séc. XIX. Em 1928, o *Bureau International du Travail*, sobre as condições de trabalho e de vida dos jornalistas, referia a este propósito:

“O jornalista não é apenas uma pessoa que ganha a vida; geralmente, é também uma pessoa que tem opiniões ou convicções que utiliza no seu trabalho. Enquanto noutras profissões, as opiniões políticas, as convicções religiosas

podem ser completamente separadas da prática profissional, podendo nós ser considerados conservadores ou progressistas sem que daí resulte alguma consequência para a forma como fabricamos um relógio, curamos doentes ou construímos uma ponte, as opiniões e as convicções de um jornalista são, na maior parte dos casos, um dos elementos constitutivos da sua atividade. (...) O apego que qualquer pessoa tem pelas suas convicções e o respeito que cada um deve às ideias dos outros confere ao jornalista uma nobreza indiscutível, ao mesmo tempo que o expõem perante riscos reais. Com efeito, mais do que as crises económicas, as crises que estalam no domínio das ideias atingem cruelmente o jornalista no seu ganha-pão” (*Apud* Jones, 1980: 12-13).

Cerca de cinquenta anos depois, Merrill e Barney ([1975]1981: 13) voltariam a insistir que o jornalista não é um mero produtor de conteúdos para outros consumirem, mas é também alguém que, ao fazê-lo, se autoexprime e põe todo o seu ser na atividade que realiza. Mas não deixa de ser em nome da objetividade que os jornalistas discutem o seu envolvimento em atividades conotadas politicamente<sup>3</sup>, ou que empresas justificam despedimentos como a de Peter Arnett, da NBC News, em 2003, por dar opiniões e fazer observações pessoais sobre o conflito no Iraque, a uma estação de televisão de Bagdade.

#### DA ÉTICA DO CUIDADO PARA A ÉTICA JORNALÍSTICA

Não é possível tratar aqui o vasto acervo crítico das investigações acerca da informação jornalística e as suas incidências na discussão pública. Para além disso, seria igualmente descabido tornar o conceito de verdade e de objetividade no jornalismo como o centro dos problemas que enfrenta a profissão, esquecendo os contextos organizacionais, económicos e corporativos. De qualquer modo, existe a perceção de que a objetividade, enquanto filosofia moral da profissão dos jornalistas, não tem dado respostas convincentes a muitos desafios que se colocam ao jornalismo, nomeadamente no que se refere à homogeneização e perda de diversidade dos conteúdos informativos, à hiperbolização da sua linguagem, ao sensacionalismo, à crescente superficialização e leveza das notícias, à hibridização entre a informação e entretenimento e à excessiva dependência das fontes de informação organizadas, entre outras questões. Estas dimensões têm incidência em aspetos éticos e deontológicos da própria profissão, tais como a violação da privacidade, a crescente incapacidade de diversificação e verificação das fontes, o recurso indevido a meios de recolha de informação. Neste contexto, mesmo que aceitássemos que todos estes aspetos não comprometem o estatuto de verdade da informação pública, eles seriam suficientes para demonstrar que a objetividade jornalística – sendo um elemento essencial – não garante, por si, a qualidade da discussão em torno dos temas públicos. Para além disso, ela pode ser um elemento uniformizador do

<sup>3</sup> Casos como o envolvimento de Alfredo Maia, presidente do Sindicato dos Jornalistas, numa lista candidata à Assembleia Municipal do Porto, em 2002, e a nomeação de Fernando Lima, antigo assessor do então ex-primeiro ministro, Cavaco Silva, para dirigir o Diário de Notícias, em 2003, foram exemplos desses debates, em Portugal.

pensamento dos próprios jornalistas, limitando a sua liberdade de expressão, ponto de vista e sensibilidade necessárias a uma maior democracia interna nas redações e a uma diversidade pública das notícias. Como referem Chomsky e McChesney (2000: 100), a acusação mais radical que podemos fazer aos *media* comerciais é a que emana de vários estudos segundo os quais quanto mais consumimos a sua informação menor a capacidade de compreender os factos públicos e políticos.

O modelo da objetividade, assente numa perspetiva racionalista, do distanciamento e da frieza dos sentimentos, força os jornalistas a apagar as suas experiências pessoais enquanto as hierarquias e as rotinas organizacionais continuarão a padronizar o seu trabalho. O poder destes valores na cultura profissional – que, como vimos, de acordo com a crítica feminista, correspondem aos padrões patriarcais de entender a vida pública – ajudam-nos, por exemplo, a explicar a razão pela qual a denominada feminização das redações, a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, não se tem refletido numa cultura profissional diferente, limitando-se, na maior parte das vezes, a repetir o modelo canónico<sup>4</sup> (Steiner, 2008).

O recurso da ética do cuidado e do respeito no quadro de uma ética jornalística permite contrabalançar as questões que se prendem com uma visão estreita da ideologia da objetividade, sem no entanto recusar o compromisso e o dever de verdade dos jornalistas enquanto mediadores do discurso público. Pelo contrário, mantendo a verdade como uma condição essencial e transversal exigida pelo respeito devido aos diferentes interlocutores no quadro geral de uma ética da comunicação, a ética do cuidado eleva-a a um patamar de complexidade mais consentâneo com as exigências epistémicas e normativas do jornalismo contemporâneo. Um jornalismo centrado nos valores do cuidado não pode deixar de integrar a dimensão do respeito do jornalista para consigo mesmo, para com o público, para com as fontes, para com os sujeitos tratados nas narrativas jornalísticas e para com o jornalismo, enquanto profissão empenhada na prestação de um serviço público relevante para a qualidade da vida social e da democracia, quer numa perspetiva comunitária quer no quadro de uma comunicação tendencialmente mais globalizada.

Do mesmo modo, a ética do cuidado pode ajudar-nos a perceber os enquadramentos necessários para encontrar novas narrativas nos *media*, renovar as temáticas objeto de tratamento, integrar estratégias destinadas a melhor escutar os cidadãos – inclusivamente as suas críticas aos jornalistas –, no contexto de uma exigência, por um lado, epistémica e, por outro, normativa, assente no serviço público, e não apenas como formas estratégicas de mercado e de busca e renovação de audiências.

---

<sup>4</sup> A propósito do crime doméstico, envolvendo as questões de género, Rita Basílio de Simões demonstra como a distância e a objetividade se concretizam em modelos em que a cobertura jornalística se interessa pelas vítimas enquanto as suas histórias são valorizáveis numa perspetiva de mercado, relegando para segundo plano a dimensão relacionada com a complexidade do crime. Esse tipo de abordagem reflete-se no tratamento noticioso da violência doméstica, onde, no caso dos homens agressores, as causas da violência são enquadradas a partir de estados de alcoolemia, ciúme, desequilíbrio emocional, por vezes tendo por ‘justificação’ o não cumprimento das “obrigações” do cônjuge, enquanto, no caso das mulheres agressoras, as causas parecem relacionar-se com fatores de menorização moral ou com características do seu temperamento feminino (Simões, 2014).

Esta dimensão de serviço no jornalismo não é mais do que a transposição para o domínio dos *media* do valor universalista da vulnerabilidade dos sujeitos, proposta pela ética feminista, e exige profissionais sensíveis e preocupados com o mundo que os rodeia (*care about*), profissionais competentes no tratamento das questões públicas (*care giving*) e profissionais preocupados com a sua profissão, empenhados ativamente na sua autorregulação e protegidos pelas instituições sociais e pelo direito (*care receiving*).

## CONCLUSÃO

Ao analisar-se a possibilidade de uma ética alternativa para o jornalismo, assente nos pressupostos do respeito e do cuidado, não se põe em causa a dimensão do dever de verdade, de objetividade e do rigor da informação. A ética do cuidado, não só reenquadra estes conceitos como, poder-se-ia dizer, tenta levá-los mais longe no seu esforço de entendimento da ação humana, dos valores-notícia e dos factos a serem noticiados. Uma ética do cuidado integra também a dimensão do respeito pelos intervenientes da informação – o jornalista, as fontes, os sujeitos objeto da informação, o público e o próprio jornalismo –, enquanto processo dialógico de produção e construção noticiosa e numa perspetiva de responsabilidade na formação da opinião pública. Mais do que uma nova ética, o que está em causa é compatibilizar as questões normativas e ideológicas do jornalismo com as suas práticas e, também, com a crítica a que, quer a profissão quer a academia, submeteram, durante o século XX, o próprio conceito de objetividade jornalística, fazendo-o deslocar de uma realidade observável para uma dimensão dialógica em constante processo de construção. Esta abordagem exige ao jornalista a sensibilidade para compreender o outro, para perceber outras dimensões da vida em comum, para identificar temas silenciados e para se pôr em causa numa profissão que, devido às rotinas inerentes da sua própria produção, incorpora uma dimensão importante de verdades efémeras e de grande probabilidade de erro.

Portanto, mais do que rejeitar o ideal da objetividade – o respeito na comunicação implica também um compromisso essencial com a verdade –, a ética do cuidado talvez nos permita reconfigurar epistemologicamente a objetividade no jornalismo que, embora desvalorizada no plano deontológico, continua a posicionar-se como um valor ideal, assente na racionalidade, na autonomia, no distanciamento.

Se é verdade que hoje não podemos acusar os jornalistas de, no seu quotidiano, terem uma visão cega acerca desta noção de objetividade, é necessário uma ética que se assuma como um novo compromisso público de verdade. Sobre isso, o jornalismo é bem mais parco em pensamento, ou para sermos mais rigorosos, a crítica a que o conceito foi submetido, em particular a partir dos anos 60, não deu lugar a algo de verdadeiramente novo.

Como refere Schudson, o compromisso ético que os jornalistas assumiram com a objetividade não pode ser desligado de uma moral pública e uma filosofia moral. Neste sentido, a mudança de paradigma implica que a ética da objetividade deixe de estar centrada apenas numa perspetiva de autonomia, de distância, de interesse/importância,

de distribuição da legitimidade de quem fala, do que devem ou querem os públicos ouvir, para uma abordagem mais empenhada no *Escutar* e no respeito por parte de quem se ouve, sem que isso signifique aderir ao que ele diz.

Finalmente, apesar de as reflexões propostas partirem do estudo particular do jornalismo, considera-se que os seus contributos se podem alargar a outros domínios da comunicação, cujos princípios pretendam libertar as profissões de lógicas estritamente funcionais e estratégicas. //

## BIBLIOGRAFIA

- Addams, J. (1902), *Democracy and social ethics*, Nova Iorque: Macmillan Co.
- Bastos, H. & Zamit, F. (2012), *Ciberjornalismo Modelos de Negócio e Redes Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- Bentham, J. ([1822-1823] 2001), 'Garanties contre l'abus de pouvoir', in Bentham, J. (2001), *Garanties Contre L'Abus de Pouvoir et Autres Écrits Sur la Liberté Politique*, Paris: Editions Rue d'ULM.
- Camponez, C. (2010), 'Os impasses sobre a liberdade de imprensa no pensamento utilitarista', in Camponez, C. & Peixinho, A. T. (20010), *Reflexões Sobre a Liberdade: 150 Anos da obra de John Stuart Mill*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 69-78.
- Chalaby, J. (2003), 'O jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)', *Media & Jornalismo*, n.º 3, 2003, pp. 29-50.
- Chomsky, N. & McChesney, R. (2000), *Propagande, Médias et Démocratie*, Montréal: Écosociété.
- Christians, C. G. (2011), 'Universalism versus communitarianism in media ethics', in Fackler, Robert S. Fortner and P. Mark (eds.) (2011), *The Handbook of Global Communication and Media Ethics*, Vol II, Malden, MA: Wiley-Blackwell, pp. 393-414.
- Coelho, P. (2005), *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*, Livros Horizonte, Lisboa: 2005.
- Dewey, J. ([1930]1984), 'What I believe', in Boydston, J. A. (ed.) (1984), *John Dewey: The later works, 1925-1953*, Vol. 5, Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, pp. 267-278.
- Fidalgo, J. (2007), *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Tese de doutoramento defendida na Universidade do Minho, disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/6011> (consultado em 24/03/2014).
- Gilligan, C. ([1982] 1997), *Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilligan, C. (2003), 'Le care, éthique féminine ou éthique féministe ?', *Multitudes*, 2009/2 n° 37-38, p. 76-78.
- Jackson jr, W. E. (2003) 'Salvemos a democracia do jornalismo cívico', in Traquina, N. & Mesquita, M. (eds.) (2003), *Jornalismo Cívico*, Lisboa: Livros Horizonte,
- Kant, I. ([1784] s.d.) 'Resposta à pergunta: Que é o iluminismo?', in Kant, I. ([1784] s.d.), *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa: Edições 70, pp.11-19.
- Kant, I. ([1793] s.d.), 'O fim de todas as coisas', in Kant, I. ([1784] s.d.), *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa: Edições 70, pp.103-118.

- Kohlberg, Lawrence ([1981] 1992), *Psicología del Desarrollo Moral*, Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.
- Laitila, T. (1995), 'Journalistic codes of ethics in Europe?', *European Journal of Communication*, Vol. 10 (4), Londres, Thousand Oaks e Nova Deli.
- Lambeth, E. B. (1992) *Committed Journalism: An ethic for the profession*, Bloomington, Ind.: Indiana University Press.
- Merrill, J. C. (1981), 'El periodista 'apolonisiaco'', in Merrill, J. C. & Barney, R. D. (1981), *La Prensa y la Ética : Ensayo sobre la moral de los medios masivos de comunicación*, Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, pp. 134-150.
- Merrill, J. C. (1990). *The Imperative of Freedom: A philosophy of journalistic autonomy*, Lanham: Univ. Press of America.
- Merrill, J. C. (1997) *Journalism Ethics : Philosophical foundations for news media*, Nova Iorque: S. Martins's Press.
- Merrill, J. C. & Barney, R. D. (1981), *La Prensa y la Ética : Ensayo sobre la moral de los medios masivos de comunicación*, Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Mesquita, M. (janeiro-março de 2000), 'Em louvor da Santa Objectividade', in *JJ - Jornalismo e Jornalistas*, nº1, Lisboa: Clube dos Jornalistas.
- 2000, pp.22-27. *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Milton, J. ([1644]1999), *Areopagítica – Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra*, Rio de Janeiro: Topbooks.
- Moliner, P., Laugier, S., & Papperman, P. (2009), *Qu'Est-ce Que le Care ? : Souci des autres, sensibilité, responsabilité*, Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Papperman, P. (2009), 'D'une voix discordante : désentimentaliser le care, démoraiser l'éthique', in Moliner, P., Laugier, S., & Papperman, P. (2009), *Qu'Est-ce Que le Care ? : Souci des autres, sensibilité, responsabilité*, Paris: Éditions Payot & Rivages, pp. 89-110.
- Rosen, J. (Fevereiro de 2000) «Para além da objectividade», *Revista de Comunicação e Linguagens* («Jornalismo 2000»), n.º 27, Lisboa, 2000.
- Schudson, M. ([1978] 2010), *Descobrimo a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Sennett, R. (2003), *Respect: De la dignité de l'homme dans un monde d'inegalité*, s.l.: Hachette.
- Silveirinha, M. J. (2014) 'Comunitarismo: da filosofia política à comunicação e ao feminismo', texto policopiado, pp. 1-22.
- Simões, R. B. (2014), *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediáticas: Políticas de (in)justiça no discurso dos media*, Lisboa: Media XXI (no prelo).
- Steiner, L. & Okrusch, C. M. (2006), 'Care as a virtue for journalists', in *Journal of Mass Media Ethics*, 21, (2 e 3), pp. 102-122.
- Steiner, L. (2008), 'Critiquing Journalism: Feminist Perspectives Relevant to Contemporary Challenges', in Poindexter, P., Meraz, S. & Weiss, A. S. (2008), *Women, Men, and News: Divided and disconnected in the news media landscape*, Nova Iorque: Routledge, pp. 281-87.

Traquina, N. (2002), *Jornalismo*, s.l.: Quimera Editores

Tronto, J. (2009), 'Care démocratique et démocraties du care', in Moliner, P., Laugier, S., & Papperman, P. (2009), *Qu'Est-ce Que le Care ? : Souci des autres, sensibilité, responsabilité*, Paris: Éditions Payot & Rivages, pp. 35-55.

Tuchman, G, ([1972] 1993), 'A objectividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas', in Traquina, N. (ed.) (1993), *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa: Veja.

Van Zoonen, L. (1998). 'One of the Girls? The Changing Gender of Journalism', in Carter, C., Branston, G., & Stuart Allan (1998), *News, Gender and Power*, London: Routledge, pp. 33-46.

\*\*\*

Recebido a 18-03-2014

Aceite a 05-05-2014